

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Uma Análise dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar no Estado do Maranhão

JOSENICE RIBEIRO SOUZA MORAES
FUCAPE BUSINESS SCHOOL

CARLOS EDUARDO SOUZA CARVALHO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA CAMPUS BARRA DO CORDA

LIANA EIDA MARQUES DOS REIS
FUCAPE BUSINESS SCHOOL

CLARISSE CORDEIRO MEDEIROS
FUCAPE BUSINESS SCHOOL

NATHALIA BARROS GARCIA SEREJO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

Introdução

Transformações sociais estão em constante fluxo, aceleradas pelo crescimento populacional ao longo das décadas. Esse aumento, por sua vez, desencadeou a exploração insustentável dos recursos naturais e a deterioração do meio ambiente. Ficou claro que o planeta precisava de cuidados mais atentos. Surgiu, então, uma mobilização socioambiental por volta de 1950, acentuada pelo entendimento de que o desenvolvimento, até então associado meramente ao crescimento econômico, necessitava de uma reavaliação profunda (Bellen, 2005; Nascimento, 2012).

Problema de Pesquisa e Objetivo

Quais são os principais desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável que impactam a agricultura familiar no Estado do Maranhão? Este estudo tem como objetivo geral analisar esses desafios e suas influências na agricultura familiar maranhense. Para isso, traça objetivos específicos como investigar se pequenos produtores adotam práticas sustentáveis, avaliar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares com base em dados do IBGE entre 2006 e 2017.

Fundamentação Teórica

A dimensão e política, segundo Sachs (2004), é essencial para garantir que as ações governamentais promovam todas as dimensões da sustentabilidade, fortaleçam instituições democráticas e incentivem a participação cidadã e a transparência. É evidente que a sustentabilidade requer reflexão e ação nos âmbitos político, econômico, social, cultural e ambiental para alcançar o desenvolvimento sustentável (Souza & Garcia, 2016). A significância da sustentabilidade e sua influência nas condições de vida é notória.

Metodologia

Com o objetivo central de analisar os principais desafios ligados ao desenvolvimento sustentável que exercem influência sobre a agricultura familiar no Estado do Maranhão, visando a obtenção de soluções para a problemática e a consecução dos objetivos específicos deste estudo de natureza bibliográfica, documental e quali-quantitativa. Além disso, este trabalho, classificado como pesquisa exploratória, almeja a elucidação de ideias e conceitos (Gil, 2009).

Análise dos Resultados

É evidente que a agricultura familiar (AF) tem recebido apoio através de uma série de iniciativas. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) se destaca, ao proporcionar recursos financeiros para aquisição de terras, bem como respaldo a projetos comunitários e socioprodutivos. Em 2020, um total de 310 famílias foram beneficiadas por esse programa (SAF, 2020). No intuito de garantir a sustentabilidade nas propriedades rurais, foi estabelecido o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Através desse mecanismo, a supervisão das propriedades é conduzida para combater o desmatamento (SAF, 2020).

Conclusão

Verifica-se a importância para o Maranhão, pois suas atividades agrícolas preservam tradições, transferem conhecimentos, garantem segurança alimentar, geram empregos e protegem o meio ambiente. A relevância na teoria está na sua contribuição para questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura familiar, bem como sua base para futuros estudos. Na prática, espera-se que ajude a aumentar a conscientização dos agricultores familiares, incentivando a melhoria de suas práticas sustentáveis e a adoção de atitudes que favoreçam a produção e a conservação ambiental.

Referências Bibliográficas

Assad, M. L. L., & Almeida, J. (2004). Agricultura e sustentabilidade. Contexto e Desafios, (29), 15-30; Bellen, H. M.V. (2005). Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. FGV editora; Blewitt, J. (2012). Understanding sustainable development. Routledge; Boff, L. (2017). Sustentabilidade: o que é-o que não é. Editora Vozes Limitada; Niederle, P. A., Fialho, M. A. V., & Conterato, M. A. (2014). A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil-aprendizagens, esquecimentos e novidades. Revista de economia e sociologia rural, 52, 9-24.

Palavras Chave

Agricultura familiar, Desenvolvimento Sustentável, Maranhão

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Uma Análise dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar no Estado do Maranhão

1 INTRODUÇÃO

Transformações sociais estão em constante fluxo, aceleradas pelo crescimento populacional ao longo das décadas. Esse aumento, por sua vez, desencadeou a exploração insustentável dos recursos naturais e a deterioração do meio ambiente. Ficou claro que o planeta precisava de cuidados mais atentos. Surgiu, então, uma mobilização socioambiental por volta de 1950, acentuada pelo entendimento de que o desenvolvimento, até então associado meramente ao crescimento econômico, necessitava de uma reavaliação profunda (Bellen, 2005; Nascimento, 2012).

A inquietação em relação aos limites dos ecossistemas culminou, em 1972, na divulgação do relatório "Limites do Crescimento" pelo Clube de Roma. Seu propósito era alertar sobre a necessidade de modificar padrões de desenvolvimento através do diálogo, considerando os limites ambientais (Brunacci, & Philippi Júnior). O impacto positivo desse relatório levou, em 1973, à introdução do termo "Desenvolvimento Sustentável" (DS) e à formulação de critérios para seu entendimento. Reconheceu-se que o DS deveria harmonizar aspectos ambientais e econômicos, levando em conta o crescimento populacional (Sugahara & Rodrigues, 2019).

O significado do DS foi ampliado em 1987, quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) reconheceu a necessidade de preservar ecossistemas e suprir as demandas de consumo. O crescimento populacional acelerado, observado à época, estava alterando de forma substancial os ecossistemas (CMMAD, 1987).

A relação direta entre o aumento populacional e a necessidade de intensificar a produção de alimentos resulta na exploração acentuada dos ecossistemas, especialmente na agricultura (Souza, Ney, & Ponciano, 2015). Reconhecendo a intrínseca conexão entre agricultura familiar e natureza, torna-se fundamental compreender o papel dessa relação no contexto do DS. É nesse contexto que surge a seguinte indagação: quais são os principais desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável que impactam a agricultura familiar no Estado do Maranhão?

Este estudo tem como objetivo geral analisar esses desafios e suas influências na agricultura familiar maranhense. Para isso, traça objetivos específicos como investigar se pequenos produtores adotam práticas sustentáveis, avaliar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares com base em dados do IBGE entre 2006 e 2017, e identificar se a agricultura familiar no Maranhão está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 da ONU.

A relevância teórica deste estudo reside na contribuição para a compreensão do DS e seu vínculo com a agricultura familiar, enquanto na prática busca-se que os próprios agricultores apliquem esses resultados como fonte de conhecimento, direcionando suas atividades rumo à sustentabilidade. Diante disso, este trabalho justifica-se pela importância da agricultura familiar no Maranhão, que além de fomentar o DS, também é responsável por produzir 70% dos alimentos e gerar emprego e renda para inúmeras famílias no estado (CONAB, 2021).

Dados do IBGE de 2017 revelam que 3,9 milhões de propriedades rurais, ocupando 80,9 milhões de hectares, pertencem à agricultura familiar. Cerca de 10,1 milhões de pessoas estão envolvidas nessas atividades, sendo que 46% delas estão no Nordeste. O Valor Bruto de Produção (VPB) atingiu 107 bilhões de reais. No Maranhão, 187.118 estabelecimentos familiares empregam 692.870 pessoas e geram um VPB de R\$ 1.859.942,00.

Este estudo baseia-se em dados secundários do IBGE dos anos de 2006 e 2017, abordando a agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e apoio governamental aos trabalhadores rurais no Maranhão. A pesquisa é dividida em introdução, fundamentação teórica sobre DS e sua relação com a agricultura familiar, metodologia, análise dos dados secundários do IBGE, e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento sustentável

Em 1974, pela primeira vez, o conceito de sustentabilidade foi vinculado ao desenvolvimento sustentável. Este último é definido como um conjunto de práticas e processos que buscam maximizar a qualidade de vida, visando a longo prazo tornar o crescimento inclusivo, reduzir desigualdades, erradicar a pobreza e incentivar o consumo consciente (Blewitt, 2008).

Sustentabilidade é a condição ou qualidade de algo capaz de ser preservado ao longo do tempo, no que se refere à qualidade do ambiente que sustenta a vida, garantindo o bem-estar coletivo e a proteção da natureza (Boff, 2017).

O conceito de sustentabilidade é guiado pelo Triple Bottom Line (Lucros, Pessoas, Planeta), composto pelas dimensões social, econômica e ambiental, criado por John Elkington, consultor em sustentabilidade, em 1994 (Souza & Armada, 2017).

Com o tempo, surgiram outras dimensões. Nesse contexto, Sachs (2004) defende a importância das dimensões ambiental, econômica, social, institucional e cultural. Sachs (2004) destaca que a dimensão ambiental é crucial para preservar a qualidade do ar, solo e água, bem como para conservar a biodiversidade e prevenir mudanças climáticas perigosas.

A dimensão social é vital para assegurar condições dignas de vida, incluindo moradia, saúde e alimentação. Além disso, promove igualdade de gênero, justiça social e inclusão de grupos marginalizados. A dimensão econômica é essencial para adotar um sistema econômico que gere empregos de qualidade, estimule a inovação e a igualdade social, garantindo equilíbrio financeiro (Sachs, 2004).

A dimensão cultural é crucial para promover o diálogo intercultural, respeitar direitos e preservar a diversidade cultural. A dimensão política, segundo Sachs (2004), é essencial para garantir que as ações governamentais promovam todas as dimensões da sustentabilidade, fortaleçam instituições democráticas e incentivem a participação cidadã e a transparência.

É evidente que a sustentabilidade requer reflexão e ação nos âmbitos político, econômico, social, cultural e ambiental para alcançar o desenvolvimento sustentável (Souza & Garcia, 2016).

A significância da sustentabilidade e sua influência nas condições de vida é notória. É vital para garantir que a população desfrute dos recursos essenciais, como água, terra, ar, equilíbrio climático e integridade da natureza (Boff, 2017).

Em 1992, a sustentabilidade foi incorporada ao campo através da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a qual uniu as preocupações ambientais e agrícolas. Isso se deu pela constatação de que a atividade desempenhada pela agricultura familiar contribui significativamente para a economia e para o desenvolvimento sustentável, um desafio de extrema relevância nos tempos atuais (Niederle, Fialho, & Conterato, 2014).

Foram abordados os principais estudos relacionados à temática deste trabalho, os quais serviram de base e apoio na construção deste estudo. No Figura 1, estão detalhadas as categorias de autores, títulos e anos de publicação dos artigos utilizados.

| Ano | Autores | Título |
|------------|--|--|
| 2022 | Sousa, D. N., de Jesus, M. E. R., & Grise (2022). | Contribuições da Agricultura Familiar para a Consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). |
| 2022 | Rodrigues, J. L. A. (2022). | Agricultura Familiar e os Impactos da Covid-19: uma breve análise. |
| 2020 | Natali, L. H., Munaretto, L. F., Bianchini, D. C., & Henkes, J. A. (2020). | Práticas de Sustentabilidade Ambiental em Propriedades Rurais. |
| 2020 | Meneses, G. S. (2020). | Desenvolvimento sustentável do semiárido nordestino brasileiro? O papel do FIDA à luz da Agenda 2030. |
| 2020 | Weber, J., & da Silva, T. N. (2021). | A Produção Orgânica no Brasil sob a Ótica do Desenvolvimento Sustentável |
| 2019 | Pasqualotto, N., Kaufmann, M. P., & Wizniewsky, J. G. (2019). | Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável. |
| 2018 | Rocha, S. F. (2018). | Simulações de Sustentabilidade e de Formação de Expectativas na Produção de Alimentos na Agricultura Familiar no Maranhão. |
| 2017 | Feil, A. A., & Schreiber, D. (2017). | Sustentabilidade e desenvolvimento Sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. |

Figura 1 - Principais estudos acadêmicos empregados na elaboração da revisão bibliográfica sobre a interligação entre a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Artigos coletados via *Scielo* (02/2023) – Elaborado pelo autor.

Estes são os principais estudos de natureza científica empregados na elaboração desta revisão bibliográfica, com o propósito de ilustrar os conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e agricultura familiar. Esses temas serão explorados em detalhes no próximo capítulo.

2.2 Agricultura familiar

A origem do termo "agricultura" está relacionada à deusa Ceres e sua raiz na palavra "ker", que significa criar. Há cerca de 10.000 anos, a humanidade começou a criar animais e cultivar plantas para alimentar a si mesma. Essa atividade trouxe à tona a necessidade de equilibrar as atividades agrícolas com a conservação dos ecossistemas, a fim de garantir a viabilidade da produção ao longo do tempo (Feldenes, 2018).

A expressão "agricultura familiar" emergiu após a colaboração entre a Organização Mundial das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que realizaram estudos visando a orientação da população para um modelo de Desenvolvimento Sustentável. Em 1990, um projeto pioneiro esclareceu as particularidades de cada tipo de agricultura (Lima & Pontes Filho, 2020).

Com base nessas distinções, surgiram dois tipos de agricultura. A monocultura, também conhecida como agricultura industrial ou agronegócio, caracteriza-se pela produção em larga escala, fazendo uso de tecnologias, máquinas, fertilizantes e até trabalho escravo em grandes plantações, como na cultura da cana-de-açúcar (Silva, 2020).

Por outro lado, a agricultura familiar é um método de cultivo conduzido pelos membros da mesma família, envolvendo responsabilidades culturais, socioambientais e econômicas. Por meio de atividades como pecuária e lavoura, essa forma de agricultura gera renda, emprego, reduz a pobreza, a fome e preserva o meio ambiente (FAO, 2018).

As características específicas da agricultura familiar são definidas na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece critérios como a área máxima, a força de trabalho predominantemente familiar, a renda proveniente das atividades agrícolas e a gestão do estabelecimento pela família (Valentini & Vieira, 2018).

O reconhecimento dessas particularidades atraiu a atenção dos pesquisadores, que buscam compreender e apoiar de maneira mais eficaz a agricultura familiar, evidenciando a necessidade de abordagens governamentais diferenciadas e programas de fortalecimento (Tait, Neves, & Gonçalves, 2020). A relevância da agricultura familiar é inegável, visto que a produção agrícola corresponde a 38% do PIB brasileiro, abastecendo desde grandes redes de supermercados até o comércio local. Essa atividade também é crucial para o desenvolvimento sustentável, impulsionando a economia e o bem-estar social em diversas regiões ((Tait, Neves, & Gonçalves, 2020).

Apesar da recente definição da agricultura familiar no Brasil, ela vai além do autoconsumo, desempenhando um papel vital na produção de alimentos, geração de renda e na preservação do meio ambiente (Schneider, 2016).

2.3 O perfil socioeconômico dos agricultores familiares no Estado do Maranhão

No nordeste do Brasil, onde a extensão territorial abrange cerca de 332 mil km², encontra-se o Estado do Maranhão, caracterizado pela presença dos biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga. Este estado é constituído por 217 municípios, divididos em cinco mesorregiões, e abriga uma população de 7.114.598 habitantes, o que o coloca como o estado com a maior proporção de habitantes em áreas rurais no país, correspondendo a 36,9% do total (IBGE, 2020).

De acordo com dados do IBGE (2017), o Maranhão contava com 187.118 estabelecimentos de agricultura familiar, situando-se como o terceiro estado do Nordeste e o quinto do Brasil com maior concentração dessa prática. Em relação ao gênero dos agricultores, 78% eram homens e 22% mulheres.

A análise das faixas etárias revela que 18,24% dos agricultores tinham mais de 65 anos, enquanto 21,76% situavam-se entre 55 e 65 anos. O grupo com idades entre 35 e 45 anos representava 20,91% do total, seguido pelo grupo de 45 a 55 anos, responsável por 23,36%. A faixa etária de 25 a 35 anos englobava 12,69%, enquanto apenas 3,05% eram menores de 25 anos (IBGE, 2017).

No que concerne à escolaridade, os dados do IBGE (2017) indicam que 26% dos agricultores frequentaram a escola, enquanto 74% não tiveram essa oportunidade. Entre os participantes, 42% eram analfabetos, enquanto 58% possuíam habilidades de leitura. Dos que afirmaram ter algum nível de educação, 27% concluíram o ensino fundamental, 11,48% completaram o ensino médio, 2,82% passaram por programas de alfabetização e 0,87% possuíam formação técnica. A parcela com cursos superiores, mestrados ou doutorados era de 0,03%. Além disso, 30,44% frequentaram classes de alfabetização, 19,56% frequentaram o antigo ensino primário e 5,92% o antigo ensino ginasial (IBGE, 2017).

Em relação à renda desses agricultores, a maior parte (52,27%) provinha do trabalho realizado em seus próprios estabelecimentos, enquanto 47,73% das receitas originavam-se de outras atividades externas desempenhadas pelos produtores (IBGE, 2017).

2.4 Práticas de sustentabilidade realizadas na agricultura familiar

A sustentabilidade presente na AF compreende atividades voltadas para a preservação da natureza. Alguns exemplos são: adubação verde, uso da compostagem, produção orgânica e manejo ecológico dos solos e da água. Essas práticas são indispensáveis para as pessoas e o meio ambiente (Assad & Almeida, 2004).

Na visão de Santos (2009), existe uma extensa capacidade na AF para gerar renda e emprego, ocasionando em um investimento favorável, possuindo uma alta capacidade para produzir e causando menos danos a natureza.

Assim, pequenos produtores promovem o desenvolvimento sustentável por meio de práticas agroecológicas como a criação de quintais agroflorestais, cultivos orgânicos e policulturas (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR - FETRAF, 2013).

Schneider (2016) relata que é importante destacar o potencial da AF para dar ênfase principalmente aos aspectos ligados ao DS, que busca gerar excedentes alimentares por meio da maximização produtiva, de forma que seja reduzido os prejuízos ambientais.

A AF auxilia no combate à fome e à pobreza, pois municia alimentos e realiza práticas sustentáveis. Diante dessas contribuições, a ONU batizou, 2014, no âmbito internacional, como o ano da AF, para elevar o seu perfil e também mostrar ao mundo a sua capacidade de manter os recursos naturais (Macdonald, 2014).

As atividades que os pequenos agricultores exercem o tornam importantes na agricultura moderna, em que há relação dos saberes tradicionais que são transmitidas às novas gerações, junto à vida em sociedade, bem como as modernas técnicas de produção, que contribuem para o desenvolvimento econômico Lima & Pontes Filho, 2020).

Assim, o DS não pode ser obtido apenas pelos produtores, necessita do auxílio de iniciativas do poder público para estimular a população a promover a sustentabilidade, garantindo um futuro com qualidade de vida para as pessoas e o cuidado com a natureza (Pecqueur, 2005).

2.5 Políticas públicas: benefício para os agricultores familiares no Maranhão

A agricultura familiar (AF) incorpora práticas sustentáveis voltadas para a preservação ambiental, englobando atividades como adubação verde, compostagem, produção orgânica e manejo ecológico dos solos e da água. Essas estratégias são de importância crucial tanto para o bem-estar humano quanto para o equilíbrio do ecossistema (Assad & Almeida, 2004).

Segundo a visão de Santos (2009), a agricultura familiar possui uma capacidade notável de gerar renda e emprego, representando um investimento vantajoso com alto potencial produtivo e impacto ambiental reduzido. Nesse contexto, os pequenos produtores desempenham um papel significativo na promoção do desenvolvimento sustentável, adotando práticas agroecológicas, como a criação de quintais agroflorestais, cultivos orgânicos e sistemas de policultura (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR - FETRAF, 2013).

Schneider (2016) destaca a relevância da agricultura familiar ao focar os aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Ela desempenha um papel crucial ao gerar excedentes alimentares por meio da maximização produtiva, ao mesmo tempo em que busca minimizar os impactos ambientais negativos.

Além de combater a fome e a pobreza por meio da produção de alimentos e da adoção de práticas sustentáveis, a agricultura familiar também foi destacada internacionalmente pela ONU em 2014 como um setor importante para a manutenção dos recursos naturais e recebeu um maior destaque mundial durante esse ano (Macdonald, 2014).

As atividades dos pequenos agricultores adquirem importância significativa na agricultura contemporânea, combinando saberes tradicionais transmitidos às novas gerações

com técnicas modernas de produção, promovendo o desenvolvimento econômico e sustentável (Lima & Pontes Filho, 2020).

Portanto, a busca pelo desenvolvimento sustentável transcende o âmbito individual dos produtores, exigindo também a colaboração do poder público na promoção de iniciativas que estimulem a adoção de práticas sustentáveis pela população, assegurando um futuro de qualidade de vida para todos e o respeito pelo meio ambiente (Pecqueur, 2005).

A agricultura familiar (AF) emergiu como uma força valorosa, ganhando destaque nas negociações políticas por volta dos anos 1980. Antes desse período, a AF recebia pouco suporte governamental, o que levou os produtores familiares a lutar por melhores condições de vida (Colasso, 2020).

Em 1995, essas lutas resultaram na disponibilização de linhas de crédito de baixas taxas de juros por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma estratégia adotada para promover o desenvolvimento sustentável (DS) por meio da AF (Tessmann, Moraes, & Souza, 2020).

A partir do PNAE, surgiu a oportunidade concreta de fortalecer o fornecimento de alimentos, especialmente para populações vulneráveis, por meio de iniciativas públicas. Em 2003, foi lançado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que auxilia a AF ao adquirir alimentos destinados a órgãos públicos, como presídios, escolas, hospitais e restaurantes populares (CONAB, 2019).

A assistência pública também desempenha um papel crucial na AF, fornecendo apoio técnico para melhorar o cultivo e a comercialização da produção. Essa assistência é oferecida por meio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), identificando desafios que afetam a produtividade nas propriedades e desenvolvendo soluções para aprimorar a produção (Colasso, 2020).

Recentemente, em setembro de 2019, a Câmara dos Deputados celebrou os 13 anos da Lei 11.326/2006, lançando, em consonância com a FAO, o Decênio da Agricultura Familiar, de 2019 a 2028. Durante esse evento, foram estabelecidas estratégias para promover a sustentabilidade e apoiar a AF por meio de um plano que abrange sete pilares (Câmara Dos Deputados, 2019).

Esses sete pilares incluem promover a igualdade de gênero e a liderança feminina, apoiar a juventude para garantir a sucessão rural, incentivar inovações sociais, promover o desenvolvimento territorial, preservar a cultura e a natureza por meio de práticas sustentáveis na AF, melhorar a inclusão socioeconômica e fomentar o bem-estar da AF (Câmara Dos Deputados, 2019).

Esse plano ecoa os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Agenda 2030 da ONU, lançada em 2015, com o propósito de melhorar a qualidade de vida no planeta (Onu Brasil, 2015).

Para concretizar os ODS na AF nordestina, a ONU atua por meio do Fundo de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), um banco de desenvolvimento que apoia a AF por meio de doações, empréstimos e assistência técnica. No Maranhão, o Estado, em colaboração com o FIDA, executa diversas ações e programas, incluindo o Sistema da Agricultura Familiar (SISTEMA-SAF), que fortalece o diálogo na AF, facilita aquisição de terras e regulariza propriedades (Secretaria De Estado Da Agricultura Familiar - SAF, 2020).

3 METODOLOGIA

Com o objetivo central de analisar os principais desafios ligados ao desenvolvimento sustentável que exercem influência sobre a agricultura familiar no Estado do Maranhão, visando a obtenção de soluções para a problemática e a consecução dos objetivos específicos deste estudo de natureza bibliográfica, documental e quali-quantitativa, procedeu-se a uma pesquisa

bibliográfica embasada em autores renomados, incluindo Silva (2020), Colasso (2020) e Mazaró (2020). Além disso, este trabalho, classificado como pesquisa exploratória, almeja a elucidação de ideias e conceitos, direcionando a atenção para a formulação de questionamentos ou hipóteses passíveis de investigação em futuras análises (Gil, 2009).

Este trabalho também tem uma abordagem documental, uma vez que se apoia em legislações voltadas ao fortalecimento e promoção da agricultura familiar, como é o caso da Lei Federal 11.326/2006, além de utilizar dados provenientes de instituições como o IBGE. Também foram analisados artigos científicos publicados entre os anos de 2017 a 2022, que abordam temas como desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, sustentabilidade, políticas públicas e agricultura no contexto maranhense. Dentre 237 artigos encontrados sobre essas temáticas, 36 foram selecionados como os mais relevantes para fundamentar o embasamento teórico desta pesquisa, disponível no site do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Os dados secundários relacionados à agricultura familiar no Estado do Maranhão foram obtidos a partir dos relatórios do IBGE, referentes aos anos de 2006, um marco importante pois foi nesse ano que a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida no Brasil pela lei nº 11.326/2006, e de 2017, ano do último Censo agropecuário, bem como do site da CONAB (ano de 2021) e da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF).

O IBGE se mostrou a principal fonte de informações sobre a situação da agricultura familiar no Brasil, devido à vastidão de seu banco de dados, que contém diversas informações pertinentes aos agricultores familiares no Estado do Maranhão, foco desta pesquisa, e por sua natureza de acesso público.

Consequentemente, as principais informações ligadas à agricultura familiar no Maranhão foram utilizadas, envolvendo uma comparação dos principais dados entre os Censos agropecuários de 2006 e 2017. Isso abrange aspectos como quantidade de estabelecimentos, área cultivada, produção agrícola, gênero dos responsáveis pelos estabelecimentos familiares, número de trabalhadores, práticas sustentáveis adotadas pelos agricultores, fontes de financiamento recebidas e atividades relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Adicionalmente, informações referentes aos anos de 2020 e 2022, provenientes da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), foram empregadas com o propósito de identificar os principais projetos e iniciativas originados pelas políticas públicas destinadas a favorecer a agricultura familiar no Maranhão. Esta abordagem se tornou relevante considerando o transcurso de cinco anos desde a realização do último Censo agropecuário.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados apresentados na Figura 2 correspondem aos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, conduzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e abrangem os indicadores quantitativos relativos a estabelecimentos rurais, área territorial, força de trabalho e distribuição por gênero dos dirigentes encarregados desses estabelecimentos, os quais estão vinculados à agricultura familiar.

| Dados | 2006 | 2017 |
|--|------------|-----------|
| Número de Estabelecimentos Rurais | 287.039 | 219.765 |
| Número de Estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar | 262.042 | 187.118 |
| Área Total (hectares) | 13.033.568 | 12.233.61 |

| | | |
|--|---------|---------|
| Trabalhadores | 991.600 | 692.870 |
| Trabalhadores com Laço de parentesco com o Produtor familiar | 732.302 | 455.264 |
| Mulheres responsáveis Pelo Estabelecimento Familiar | 46.989 | 40.238 |
| Homens responsáveis Pelo Estabelecimento Familiar | 215.053 | 146.880 |

Figura 2 - Comparativo entre os Censos 2006 e 2017 – Principais dados da agricultura no Estado Maranhão
Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Baseado no IBGE, Censos Agropecuários (2006/2017).

A figura 2 reflete uma redução evidente na extensão territorial e no número de estabelecimentos rurais, registrando uma queda percentual de aproximadamente 23%. Em relação aos estabelecimentos vinculados à agricultura familiar (AF), o total em 2017 era de 187.118, contrastando com os 262.042 em 2006, o que evidencia uma diminuição de cerca de 28,6% (IBGE, 2006; 2017).

Essa diminuição na quantidade de estabelecimentos da AF encontra sua origem nas modificações efetuadas na Lei nº 11.326 de 2006 pelo Decreto nº 9.064 em 2017. Estas alterações abordaram a definição de mão de obra e renda, resultando no desenquadramento de muitos estabelecimentos da categoria familiar, devido a uma receita majoritária proveniente de outras atividades.

No tocante ao contingente de indivíduos ativos na AF, foi percebida uma redução de 30%. Contudo, é importante salientar que ainda 79% das pessoas envolvidas em atividades rurais estavam associadas à agricultura familiar. Em 2006, a quantidade de pessoas que trabalhavam no campo e possuíam laços familiares com o proprietário das terras era de 732.302. Esse número diminuiu para 455.264 em 2017 (IBGE, 2006; 2017).

A queda no número de pessoas atuantes no campo também pode ser atribuída ao fenômeno do êxodo rural. Dentre os principais fatores estão a falta de perspectivas para os jovens no trabalho rural, a escassa motivação dos pais, a ausência de infraestrutura e educação adequadas, bem como a falta de políticas abrangentes voltadas para a agricultura familiar (Lorena, 2020).

No contexto dos estabelecimentos familiares administrados por mulheres, constatou-se que em 2006 havia 46.989, equivalendo a 17,1% do total. Em 2017, essa cifra diminuiu para 40.238, representando 21,5% dos estabelecimentos. No que concerne aos homens, que dirigiam 78,5% dos estabelecimentos, a redução entre 2006 e 2017 foi de aproximadamente 32%. No entanto, é notável que apesar da queda percentual, o número de mulheres responsáveis pela gestão dos estabelecimentos tem vindo a crescer progressivamente. Em 2006, 17,1% dos estabelecimentos eram administrados por mulheres, cifra que subiu para 21,5% em 2017, demonstrando um incremento de 4,4% (IBGE, 2006; 2017).

O fortalecimento do papel feminino na agricultura familiar se manifesta cada vez mais robustamente, já que essas agricultoras superaram a noção de que seu trabalho se restringe a auxiliar os homens nas atividades rurais, conquistando maior espaço nas tarefas agrícolas (Sales, 2007). Na Figura 3, oriunda do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, são evidenciadas as principais atividades desempenhadas pela agricultura familiar no Maranhão.

| Tipos de atividades | Número de estabelecimentos |
|-------------------------|----------------------------|
| Práticas sustentáveis | 112.271 |
| Produção Agroindustrial | 91.688 |
| Uso de agrotóxico | 46.218 |
| Extratativismo | 30.100 |
| Sistema de irrigação | 5.614 |
| Produção Orgânica | 1.193 |

Figura 3 - Principais atividades realizadas pela agricultura familiar maranhense
Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Baseado no IBGE, Censo Agropecuário (2017).

No estado do Maranhão, no ano de 2017, um total de 112.271 estabelecimentos adotaram práticas voltadas à conservação ambiental. As práticas mais proeminentes se relacionavam à preservação do solo, tais como recuperação de pastagens, utilização de leguminosas, adoção de períodos de repouso para o solo, rotação de culturas e implementação de terraços (IBGE, 2017).

Estas práticas sustentáveis adotadas na agricultura familiar desempenham um papel crucial na conservação da natureza. Desse modo, a agricultura familiar desempenha um papel essencial na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através de práticas como adubação verde, repouso do solo, proteção de nascentes, consorciação de pastagens e culturas, e outras ações indispensáveis para a proteção ambiental (CRESTANA et al., 2008).

No mesmo ano, no Maranhão, 91.688 estabelecimentos da agricultura familiar estavam envolvidos em atividades agroindustriais, em estruturas físicas que processavam e valorizavam as matérias-primas agropecuárias, maximizando o valor agregado da produção. Essa produção tinha finalidades tanto para consumo próprio quanto para comercialização, incluindo produtos como farinha de mandioca, queijo e carne bovina (IBGE, 2017).

Em relação ao uso de agrotóxicos na agricultura familiar, em 2017, um total de 46.218 estabelecimentos no Maranhão realizaram aplicações desses produtos químicos. É importante observar que o uso de agrotóxicos tem aumentado nesses estabelecimentos, e muitos agricultores que os utilizaram não tinham habilidades de leitura e escrita, tampouco receberam orientação técnica (IBGE, 2017).

A explicação para o aumento no uso de agrotóxicos nas propriedades da agricultura familiar está relacionada a diversos fatores, incluindo o desejo de aumentar a produção, baixo nível de educação, falta de acompanhamento técnico eficaz, estratégias persuasivas de marketing e venda, desconhecimento de métodos alternativos de cultivo eficazes, carência de programas governamentais robustos para fornecer assistência técnica contínua e ausência de abordagens governamentais abrangentes para monitorar a venda e uso de agrotóxicos (Sousa et al., 2016).

É possível notar, conforme apresentado na Figura 3, que no estado do Maranhão, 30.100 propriedades da agricultura familiar estavam engajadas em atividades de extrativismo de espécies vegetais nativas, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017. Dada a relevância do extrativismo para o desenvolvimento sustentável, foi promulgada a Lei 10.451 em 12 de maio de 2016, que estabeleceu o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Extrativismo no Maranhão (SAF, 2020).

Em 2017, no estado do Maranhão, um total de 5.614 estabelecimentos da agricultura familiar utilizaram sistemas de irrigação. Importa observar que muitos desses estabelecimentos utilizaram sistemas que desperdiçavam água devido à falta de assistência técnica. Vale destacar que a irrigação contribui para aumentar a produção, garantindo assim a segurança alimentar, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IBGE, 2017).

A escassez de assistência técnica no Maranhão é motivada pela insuficiência de profissionais. Limitações fiscais do Estado e redução do orçamento federal destinado à assistência à agricultura familiar contribuem para que muitos municípios tenham apenas um técnico à disposição (Peixoto, 2017).

Em relação à produção orgânica, o Censo de 2017 constatou que 1.193 estabelecimentos possuíam produção orgânica com certificação emitida por órgãos de controle. Além disso, a produção orgânica tem visto um crescimento notável na agricultura familiar no Maranhão (IBGE, 2017).

O aumento da produção orgânica pode ser atribuído a iniciativas públicas de incentivo. A mais recente é a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPOMA),

estabelecida pela Lei Estadual nº 10.986 em dezembro de 2018, com o objetivo de promover e viabilizar o desenvolvimento sustentável no campo por meio da produção orgânica (SAF, 2020).

No que tange aos financiamentos obtidos pela agricultura familiar no Maranhão em 2017 (Figura 4), um total de 5.561 estabelecimentos receberam apoio financeiro de programas governamentais, sendo especificados os tipos de programas que concederam financiamentos aos agricultores.

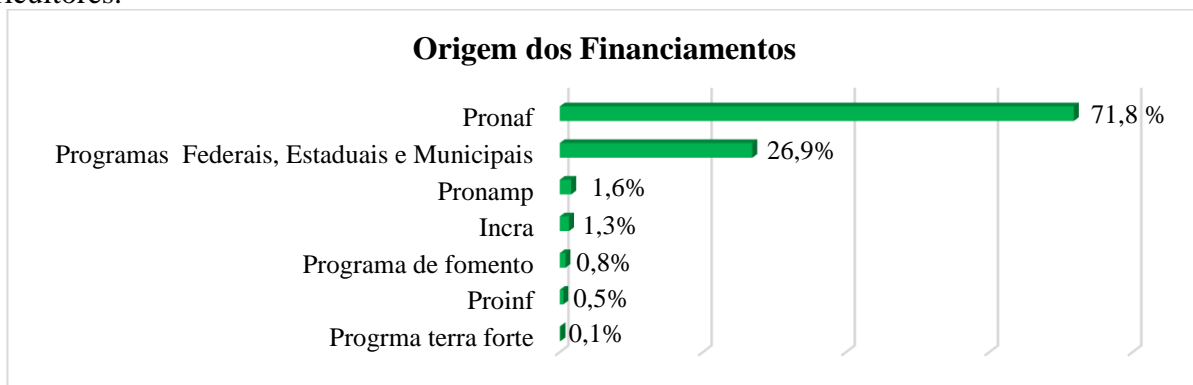


Figura 4 - Estabelecimentos que receberam financiamento do governo em 2017 por tipo de programa responsável pelo financiamento.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2017).

Através da análise do Figura 4, é perceptível que a maior parcela dos financiamentos, totalizando 71,8%, foi concedida por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em contrapartida, os programas de âmbito federal, estadual e municipal, englobando Proinf, Pronamp, Incra, fomento e terra forte, representaram 26,9% dos financiamentos, destinados a somente 4,3% dos estabelecimentos (IBGE, 2017).

Os financiamentos desempenham um papel vital na agricultura familiar, uma vez que facilitam o acesso a assistência técnica, a aquisição de equipamentos e a manutenção das propriedades, contribuindo para o aumento da produção e da renda. Entretanto, é notório que o financiamento público frequentemente é direcionado predominantemente ao agronegócio, deixando a agricultura familiar em segundo plano (Souza et al., 2015).

Conforme indicado no Figura 5, os dados fornecidos pela SAF (2020; 2022) fornecem informações valiosas sobre os principais projetos voltados para a aprimoração da agricultura familiar no Maranhão.

| Iniciativas governamentais | Finalidade | Número de beneficiados |
|--|--|-----------------------------|
| Programa Nacional Crédito Fundiário (PNCF) | Facilitar a aquisição de terras | 310 famílias |
| Cadastro Ambiental Rural (CAR) | Garantir a sustentabilidade no campo | 182.500 imóveis cadastrados |
| Projeto Rasgando saberes e produzindo com sustentabilidade | Fomentar a sustentabilidade por meio do conhecimento. | 2.000 são beneficiadas |
| Plano mais Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) | Fortalece a agricultura familiar e os povos tradicionais. | 30 municípios |
| Programa de Compras da PROCAF | Comercialização da produção familiar e indígena. | 165 famílias associadas |
| Projeto Amazônico de Gestão Sustentável (PAGES) | Promover a preservação da Floresta Amazônica no Estado do Maranhão | 80.000 famílias |
| Projeto Dom Helder Câmara | Reduzir a fome e auxiliar na promoção da sustentabilidade | 1.750 famílias |

Figura 5 - Principais ações da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF) em benefício dos agricultores familiares no Estado no ano de 2020 e 2022

Fonte: Elaborado pelo autor (2023). Baseado em informativo SAF (2020/2022).

No Figura 5, é evidente que a agricultura familiar (AF) tem recebido apoio através de uma série de iniciativas. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) se destaca, ao proporcionar recursos financeiros para aquisição de terras, bem como respaldo a projetos comunitários e socioprodutivos. Em 2020, um total de 310 famílias foram beneficiadas por esse programa (SAF, 2020).

No intuito de garantir a sustentabilidade nas propriedades rurais, foi estabelecido o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Através desse mecanismo, a supervisão das propriedades é conduzida para combater o desmatamento, com a integração de informações ambientais de 182.500 propriedades que já foram cadastradas (SAF, 2020).

O projeto "Rasgando Saberes e Produzindo com Sustentabilidade" surge para reforçar a sustentabilidade no campo, oferecendo assistência a 2.000 famílias, incluindo povos tradicionais. Esse esforço visa conscientizar a importância da sustentabilidade em suas propriedades (SAF, 2020).

O "Plano Mais IDH", beneficiando 30 municípios, enfatiza a assistência técnica, a implementação de cisternas e sistemas de água. O propósito é apoiar tanto a agricultura familiar quanto as comunidades tradicionais, melhorando as condições de vida dessas populações (SAF, 2020).

Para fomentar a comercialização da produção familiar e indígena no Maranhão, foi estabelecido o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF), através da Lei nº10.327, de 28 de setembro de 2015. Esse programa beneficiou 165 famílias associadas, desempenhando um papel crucial durante o período de isolamento social causado pela pandemia de COVID-19 (SAF, 2020).

Visando reduzir a pobreza extrema, abordar desigualdades e incentivar a sustentabilidade no Maranhão, o Projeto Dom Helder Câmara foi concebido em colaboração com o FIDA, beneficiando 1.750 famílias no contexto da agricultura familiar (SAF, 2020).

Recentemente, uma ação de grande relevância direcionada à agricultura familiar no Maranhão foi a assinatura de um memorando em setembro de 2022, envolvendo o governo estadual e o FIDA, que se comprometeram a implementar o Projeto Amazônico de Gestão Sustentável (PAGES). Essa assinatura marcou a revisão do projeto, prevista para iniciar em 2023 (SAF, 2022).

Por meio do projeto PAGES, a meta é combater a pobreza, apoiar povos indígenas e tradicionais, como quebradeiras de coco, babaçu e quilombolas, bem como combater o desmatamento e degradação ambiental na Floresta Amazônica Maranhense. Este projeto tem como objetivo beneficiar 80 mil habitantes, buscando por meio de políticas públicas mais efetivas, promover melhorias para que a agricultura familiar adote a sustentabilidade e alcance o Desenvolvimento Sustentável (SAF, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, foi realizada uma análise aprofundada dos principais desafios ligados ao desenvolvimento sustentável que afetam a agricultura familiar no Estado do Maranhão. A questão central que motivou este estudo foi: quais são os principais desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável que influenciam a agricultura familiar no Maranhão?

Os resultados primordiais destacaram que a agricultura familiar no Maranhão enfrenta diversas dificuldades para alcançar o desenvolvimento sustentável. Entre essas barreiras figuram: baixos níveis de escolaridade entre os agricultores; dificuldades na obtenção de crédito; carência de conscientização ambiental através da educação; fenômeno do êxodo rural; e insuficiência de assistência técnica. Mesmo em face desses obstáculos, a agricultura familiar

contribui para o desenvolvimento sustentável, por meio de ações que preservam o meio ambiente, asseguram a produção de alimentos, geram empregos e combatem a pobreza.

Além disso, os resultados evidenciam que as intervenções direcionadas à agricultura familiar no Maranhão por meio de políticas públicas são cruciais para promover o desenvolvimento sustentável. Contudo, essas iniciativas carecem de ampliação para alcançar um maior número de produtores familiares. Programas que englobem fornecimento de assistência técnica, que atualmente é insuficiente, além de crédito abrangente e educação para conscientização ecológica são fundamentais. Essas ações visam despertar na agricultura familiar a compreensão de sua relevância para a economia, sociedade e meio ambiente.

A agricultura familiar é de suma importância para o Maranhão, pois suas atividades agrícolas preservam tradições, transferem conhecimentos, garantem segurança alimentar, geram empregos e protegem o meio ambiente. Tais ações contribuem de maneira crucial para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A relevância da conclusão desta pesquisa na teoria está na sua contribuição para questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura familiar, bem como sua base para futuros estudos. Na prática, espera-se que esta pesquisa ajude a aumentar a conscientização dos agricultores familiares, incentivando a melhoria de suas práticas sustentáveis e a adoção de atitudes que favoreçam a produção e a conservação ambiental.

É importante considerar como limitação desta pesquisa que as principais informações sobre agricultura familiar foram obtidas apenas através do banco de dados do IBGE, retratando a situação no Estado do Maranhão em 2006 e 2017.

Dado que a preocupação com a sustentabilidade é constante na sociedade e tendo em vista que as atividades agrícolas da agricultura familiar estão intrinsecamente ligadas à natureza, sugere-se que futuras pesquisas ampliem o escopo analisando informações de outros períodos, estados diferentes e comparando resultados. Aspectos como acesso à tecnologia e maquinário, outras práticas sustentáveis adotadas pelos agricultores, impacto da educação na preservação ambiental e contribuição de diferentes atividades agrícolas para a sustentabilidade poderiam ser explorados.

Dada a velocidade das mudanças na sociedade e o avanço do agronegócio, é crucial que os dados desta pesquisa sejam atualizados com a próxima realização do Censo Agropecuário, a fim de retratar as alterações ocorridas e seu impacto no desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é fundamental para a continuidade da vida, incluindo a agricultura familiar. Com esses resultados, fica evidente que a agricultura familiar desempenha um papel essencial na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Além disso, compreende-se que as ações governamentais têm um papel crucial em garantir a prevalência da sustentabilidade no campo, o que, por sua vez, contribui para uma melhor qualidade de vida na sociedade.

REFERÊNCIAS

- Assad, M. L. L., & Almeida, J. (2004). Agricultura e sustentabilidade. Contexto e Desafios, (29), 15-30.
- Bellen, H. M.V. (2005). Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. FGV editora.
- Blewitt, J. (2012). Understanding sustainable development. Routledge.
- Boff, L. (2017). Sustentabilidade: o que é-o que não é. Editora Vozes Limitada.
- Brasil. (2006). Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil. (2017). Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimento familiares rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brunacci, A., & Philippi Júnior, A. (2014). Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. Educação ambiental e sustentabilidade; editores Arlindo Philippi Jr. e Maria Cecília Focesi Pelicioni.
- Câmara dos Deputados. (2019). Década da agricultura familiar é lançada em Brasília. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/584635-decada-da-agricultura-familiar-e-lancada-em-brasilia/>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- Colasso, M. B. (2020). Agricultura familiar e a produção de alimentos para merenda escolar no município de Itaiópolis SC.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). (1987). Nosso futuro comum (2a ed.). Rio de Janeiro: FGV.
- Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. (2021). Agricultura Familiar no Maranhão. Recuperado de <https://www.conab.gov.br/info-agro/saiba-mais-agricultura-familiar/agricultura-familiar-no-maranhao>.
- FAO, F. (2018). Food and agriculture organization of the United Nations. Rome, URL: <http://faostat.fao.org>.
- Feldenes, L. (2018). O homem, a agricultura e a história. Lajeado: Univantes.
- Garcia, D. S. S. (2016). Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. Veredas do Direito, 13(25), 133-153.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2009). Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). Censo agropecuário. Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario-201>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Estimativas da População 2019. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA.
- Lima, K. N., & Pontes Filho, R. P. (2020). Agricultura familiar no contexto socioambiental amazônico. Revista direitos sociais e políticas públicas (UNIFAFIBE), 8(1), 283-306.
- Lorena, J. (2020). A Escola de Educação Básica Hercílio Buch (Mafra-SC).

- MacDonald, J. (2014). Family farming in the United States (No. 1490-2016-128462).
- Maranhão (Estado). (2015). Lei nº 10.327, de 28 de setembro de 2015. Fica criado o Programa de Compras da Agricultura Familiar – PROCAF/MA, com a finalidade de garantir a aquisição direta de produtos agropecuários e extrativistas, in natura ou manufaturados, e de artesanato produzidos por agricultores familiares ou suas organizações sociais rurais e urbanas, por povos e comunidades tradicionais e pelos beneficiários da reforma agrária. Diário Oficial [do] Estado do Maranhão, São Luís, MA, 25 de setembro de 2015. Recuperado de <https://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.xhtml>.
- Maranhão (Estado). (2016). Lei nº 10.451 de 12 de maio de 2016. Cria o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Extrativismo no âmbito do Estado do Maranhão. Diário Oficial [do] Estado do Maranhão, São Luiz, MA, 12 de maio de 2016.
- Maranhão (Estado). (2018). Lei ordinária N° 10.986 de 24 de dezembro de 2018. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Maranhão (PEAPOMA). Diário Oficial [do] Estado do Maranhão, Ano CXII, nº 241 São Luís, segunda-feira, 24 de dezembro de 2018.
- Meneses, G. S. (2020). Desenvolvimento sustentável do semiárido nordestino brasileiro? O papel do FIDA à luz da Agenda 2030.
- Moura, W. B. D. (2019). Análise do desenvolvimento da agricultura familiar com uso de crédito rural..
- Nações Unidas Brasil. (2015). Agenda 2030. Recuperado de <https://www.nacoesunidas.org/post2015/agenda2030>.
- Nascimento, E. P. D. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos avançados*, 26, 51-64.
- Natalli, L. H., Munaretto, L. F., Bianchini, D. C., & Henkes, J. A. (2020). Práticas de sustentabilidade ambiental em propriedades rurais. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 9(1), 351-374.
- Niederle, P. A., Fialho, M. A. V., & Conterato, M. A. (2014). A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil-aprendizagens, esquecimentos e novidades. *Revista de economia e sociologia rural*, 52, 9-24.
- Organização das Nações Unidas Brasil. (2015). 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.
- Pasqualotto, N., Kaufmann, M. P., & Wizniewsky, J. G. (2019). Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável.
- Pecqueur, B. (2005). O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 24(1 e 2), 10-22.
- PEIXOTO, M. Mudanças dos marcos regulatórios para o financiamento e ampliação dos serviços de assistência técnica e extensão rural. In *Anais do 57º Congresso da SOBER-Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Ilhéus-BA, 21.
- Rocha, S. F. (2018). Simulações de sustentabilidade e de formação de expectativas na produção de alimentos na agricultura familiar do Maranhão.
- Rodrigues, J. L. A. (2022). Agricultura familiar e os impactos da covid-19: uma breve análise.
- Sachs, I. (2004). Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. In *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado* (pp. 151-151).

- Sales, C. D. M. V. (2007). Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, 15, 437-443.
- Santos, F. D., Tonezer, C., & Rambo, A. G. (2009). Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar. In SOBER Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural, 47.
- Schneider, S. (2016). A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Redes: revista do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul, RS. Vol. 21, n. 3, pt. 2 (set./dez. 2016), p. 11-43.
- Secretaria de Estado da Agricultura Familiar. (2020). Sistema da agricultura familiar - SAF. Informativo SAF-2020, São Luiz Governo do Estado do Maranhão, 2020. Recuperado de <http://www.saf.ma.gov.br>.
- Secretaria de Estado da Agricultura Familiar. (2022). Projeto Redes de Inovação e Sustentabilidade da Agricultura Familiar na Amazônia Maranhense. São Luís: Governo do Estado do Maranhão. Recuperado de <http://www.saf.ma.gov.br/projeto-redes-de-inovacao-e-sustentabilidade-da-agricultura-familiar-na-amazonia-maranhense/>
- Silva, A. R. B. M. (2020). Efeitos da pandemia Covid-19 na produção e comercialização de alimentos por cooperativas da agricultura familiar (Rio Grande do Norte, 2020) (Bachelor's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).
- Sousa, D. N., de Jesus, M. E. R., & Grise, M. M. (2022). Contribuições da agricultura familiar para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Sousa, J. A., de Oliveira Feitosa, H., de Carvalho, C. M., Pereira, C. F., de Oliveira Feitosa, S., & da Silva, S. L. (2016). Percepção dos produtores rurais quanto ao uso de agrotóxicos. *Revista Brasileira de Agricultura Irrigada*, 10(5), 976-989. Acesso em: 10 abr. 2023.
- Souza, M. C. S. A. & Armada, C. A. S. (2017). DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE: Evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos. *Revista de Direito e Sustentabilidade*, 3(2), 17-35.
- SOUZA, M., & GARCIA, R. (2016). Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Desdobramentos e desafios pós relatório Brundtland. SOUZA, M.; ARMADA, C. *Sustentabilidade meio ambiente e sociedade: reflexões e perspectivas*, 2, 8-18.
- Souza, P. M. D., Ney, M. G., & Ponciano, N. J. (2015). Análise da distribuição dos financiamentos rurais entre os estabelecimentos agropecuários brasileiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53, 251-270.
- Sugahara, C. R., & Rodrigues, E. L. (2019). Desenvolvimento Sustentável: um discurso em disputa. *Desenvolvimento em Questão*, 17(49), 30-43.
- Tait, M. M., Neves, E. F., & Gonçalves, G. (2020). Agroecologia e tecnologia social como caminhos para o desenvolvimento rural integral: Uma aproximação. *Economia e Desenvolvimento*, 32, e9-e9.
- Tessmann, M. S., de Moraes, T. M., & de Guimarães, G. J. (2020). O Programa Brasileiro De Agricultura Familiar: Uma Revisão De Seus Primeiros Dezoito Anos. *Caderno Virtual*, 3(48).
- Valentini, M. C., & Vieira, A. C. P. (2018). Desenvolvimento por meio de política pública de inserção dos agricultores artesanais no mercado do vinho: Lei do Vinho Artesanal.
- Weber, J., & da Silva, T. N. (2021). A produção orgânica no Brasil sob a ótica do desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento em Questão*, 19(54), 164-184.